

GÊNERO E SISTEMAS AGROFLORESTAIS: O CASO DE IGARAPÉ-AÇU, PARÁ, BRASIL¹

Thiago Almeida VIEIRA²
Leonilde dos Santos ROSA³
Rozi da Silva MODESTO⁴
Mônica Mota dos SANTOS⁵

RESUMO: O trabalho objetiva estudar o papel de homens e mulheres, agricultores familiares, em atividades relacionadas a sistemas agroflorestais (SAF), bem como de questões de acesso e controle aos recursos da unidade familiar, em Igarapé-Açu, Pará. Foi utilizado o método do Diagnóstico Rural Participativo com Enfoque de Gênero, aplicando-se suas ferramentas a homens e mulheres, com experiência de SAF. Os resultados mostram que existem diferenças nas relações de gênero em atividades agroflorestais na unidade familiar da área de estudo. A mulher tem o controle sobre as atividades reprodutivas; porém, a tomada de decisão sobre os SAF comerciais está sob responsabilidade dos homens, enquanto que elas são responsáveis pelas decisões acerca dos quintais agroflorestais.

TERMOS PARA INDEXAÇÃO: Divisão de Trabalho, Acesso e Controle, Tomada de Decisão, Amazônia.

¹ Aprovado para publicação 13/11/08

Parte da Dissertação de Mestrado em Ciências Florestais (UFRA) do primeiro autor. Financiado pelo World Agroforestry Centre (ICRAF) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Engenheiro Florestal, M. Sc. em Ciências Florestais pela UFRA. E-mail: tavbelem@yahoo.com.br

³ Engenheira Florestal, Dr^a, Professora do Instituto de Ciências Agrárias da UFRA. E-mail:leonilders@yahoo.com.br

⁴ Engenheira Florestal. E-mail: rozi2064@yahoo.com.br

⁵ Engenheira Florestal. E-mail: moniflorest@yahoo.com.br

GENDER AND AGROFORESTRY SYSTEMS: THE CASE OF IGARAPÉ-AÇU, PARÁ, BRAZIL

ABSTRACT: The study aimed to investigate the role of small farmers (men and women) in agroforestry system (AFS) activities, as well as issues related to access to and control of resources in Igarapé-Açu, Pará, Brazil. The Participative Rural Appraisal with Gender Approach was utilized. The tools were utilized with men and women experienced in agroforestry systems. The results showed that there are differences in agroforestry activities gender relations, in the study area's familiar unit. The woman has control over reproductive activities. However, men take responsibility over commercial AFS decision making, while women are responsible for agroforestry home garden decisions.

INDEX TERMS: Work Division, Access and Control, Decision Making, Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Sistemas agroflorestais são sistemas de uso da terra que, segundo Dubois (1996), são caracterizados pelo cultivo, simultâneo ou escalonado no espaço e no tempo, de espécies lenhosas – madeiras, frutíferas e palmeiras – com espécies agrícolas ou anuais, na presença ou não de animais.

Estes sistemas apresentam inúmeras vantagens, seja do ponto de vista ecológico, por serem considerados sustentáveis, visto que contribuem para a qualidade do meio ambiente; seja econômico, gerando renda aos agricultores; seja social, por integrarem homens e mulheres em suas atividades, possibilitando a participação de todos no processo produtivo.

No que se refere ao estudo de variáveis sociais dentro de sistemas agroflorestais, propõe-se a estudar relações de gênero nestes sistemas, visto que, segundo Santos e Buarque (2002), gênero é um conceito útil para que

a sociedade seja entendida, permitindo uma melhor compreensão do que representam homens e mulheres nos diferentes segmentos da sociedade, tais como na agricultura familiar.

Dessa forma, a variável gênero possibilita compreender que as desigualdades econômicas, políticas e sociais, existentes entre homens e mulheres, não sejam simplesmente produtos de diferenças biológicas. Em outras palavras, gênero é resultante de construções provenientes das relações sociais, isto é, das relações entre as pessoas e delas com a natureza, no desenvolvimento de cada sociedade, de forma a construir a história e a cultura dos povos (SANTOS; BUARQUE, 2002).

Assim, gênero é construção e diferença social entre homens e mulheres, sendo essa construção um passo muito importante, especialmente quando se fala da igualdade entre homens e mulheres; porém, o estudo desta variável não é a resposta para as práticas de desigualdade entre ambos (PORRO;

STONE, 2005).

Por outro lado, deve-se fazer a distinção entre gênero e sexo. Neste sentido, Fassaert (2000) salienta que sexo se refere às características biológicas, físicas e anatômicas de homens e mulheres, enquanto que o conceito de gênero, segundo Meléndez e Workman (2000), refere-se às relações entre homens e mulheres em interação com outras dimensões sociais, como parentesco, classe social, raça, idade etc.

A questão de gênero, muito embora não seja nova no contexto das Ciências Sociais, foi pouco absorvida pelas Ciências Naturais. Sua inserção, no espectro mais amplo das disciplinas, pouco significou e tornou-se um módulo à parte.

No Brasil, os estudos sobre relações de gênero focalizam ambientes de escolas, universidades, igrejas, empresas; porém, no meio rural ainda é pouco estudado. Com relação a esse aspecto, Siliprandi (2000) afirma que no Brasil ainda são poucos os movimentos sociais ou organizações que levam em consideração os papéis que as pessoas, em especial as mulheres, desempenham nos sistemas produtivos. Na prática, segundo esta autora, o que se observa é uma maior preocupação com as questões produtivas e ambientais do que com as questões sociais.

Diante disso, este trabalho tem por objetivo estudar o papel de homens e mulheres, agricultores familiares do Município de Igarapé-Açu, em atividades relacionadas a sistemas agroflorestais, bem como as questões de acesso e controle aos recursos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi realizado no Município de Igarapé-Açu (01° 07'33" S e 47° 37' 27" W), localizado na Microrregião Bragantina, no Nordeste do Pará, a 105 km da capital Belém.

As pesquisas foram realizadas em propriedades de agricultores familiares que integram o conceito de sistemas agroflorestais em seu meio de produção. A partir do mês de setembro de 2004, estes agricultores foram identificados, por meio de contatos com as lideranças locais, com técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PARÁ) e da Fazenda Escola de Igarapé-Açu (FEIGA), pertencente à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). A pesquisa em campo estendeu-se até o mês dezembro de 2005.

Para este estudo, foram descartadas as experiências experimentais de sistemas agroflorestais entre agricultores e pesquisadores de instituições de pesquisas, isto porque esses sistemas são alvos de constantes avaliações. Dessa forma, as famílias estudadas referem-se àquelas com experiência de SAF em sua propriedade, com sistemas idealizados pelo próprio agricultor ou por meio de técnicos de órgãos governamentais ou não governamentais.

Para a coleta de dados, foi utilizado o método de Diagnóstico Rural Participativo com Enfoque de Gênero, no qual foram usadas as seguintes ferramentas: (a) entrevistas estruturadas, cobrindo aspectos como perfil do agricultor, divisão de trabalho; (b) registro

fotográfico; (c) observação direta; e (d) atividades de grupo com homens e mulheres. Estas ferramentas foram aplicadas aos homens e às mulheres, com experiência de sistemas agroflorestais, de maneira que não houvesse influência de um na resposta do outro.

Esta pesquisa teve caráter exploratório e dissertativo. Portanto, recorreu-se à estatística descritiva, sendo que os dados das entrevistas e trabalhos de grupos foram transportados para o programa Microsoft Excel 2000, onde foram tabulados em gráficos e tabelas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo identificou 16 famílias de agricultores que possuíam ao menos uma experiência com SAF. Ao todo foram contabilizados 32 sistemas agroflorestais, sendo que 84,4% compostos por espécies frutíferas, fato que está relacionado com a segurança

alimentar da família.

A respeito da idade, as mulheres deste estudo têm em média de 45 anos, mínima de 26 e máxima de 73 anos. Por outro lado, os homens são mais jovens, com média de 42,5 anos, sendo que o intervalo da idade masculina está compreendido entre 24 e 70 anos.

Em se tratando do orçamento familiar, percebe-se na Figura 1 que o homem é o principal responsável pela renda familiar, isto é, em quase 69% dos casos ele contribui sozinho na renda total. No entanto, em aproximadamente 19% dos casos, o casal é responsável pela manutenção do orçamento familiar. Já a porcentagem de filhas(os) que trabalham junto com o pai ou com a mãe nos SAF e que, assim, contribuem no orçamento familiar é de quase 13%. Cabe salientar que neste estudo não se observou nenhuma família mantida somente com capital feminino.

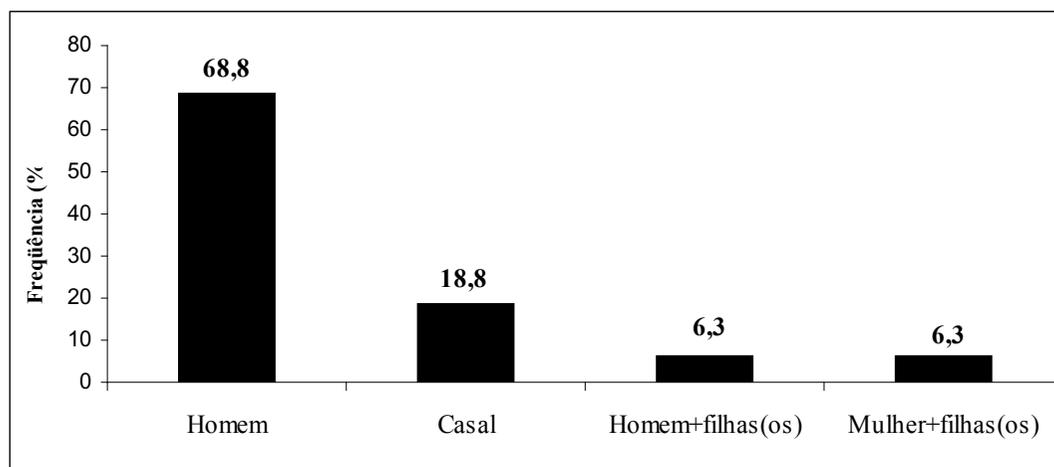


Figura 1 - Porcentagem de membros das famílias estudadas que contribuem com o orçamento familiar.

Em geral, as mulheres que contribuem para o orçamento familiar são pensionistas, ou exercem atividades complementares externas à unidade familiar, ou obtêm renda de produtos agrícolas, inclusive produtos dos quintais agroflorestais, localizados ao redor de suas casas.

Conforme se observa na Figura 1, em 25% das propriedades com SAF estudadas neste município, a mulher tem participação importante no orçamento familiar, sendo que, em geral, esta participação é maior quando elas são viúvas ou separadas dos seus cônjuges, ou, ainda, são casadas, mas seus cônjuges estão impossibilitados de trabalhar por motivo de doença.

Vale ressaltar que somente 12,5% das famílias não têm nenhum membro que trabalhe em atividades extrafamiliares, isto é, na maioria das vezes, pelo menos uma pessoa trabalha para terceiros.

Mudanças nas relações familiares, relacionadas à participação feminina no orçamento doméstico, têm sido observadas com frequência no nordeste brasileiro. Fisher (2002), por exemplo, observou que nessa região a maior parte da renda das famílias rurais tem sido gerada pelo trabalho feminino. De acordo com esta autora, essa mudança tem provocado redefinição nas relações familiares, possibilitando que a mulher lute pela decisão sobre o uso de sua renda.

O estudo desenvolvido em Igarapé-Açu torna evidente o fato de que a contribuição feminina no orçamento familiar é muito

importante na esfera reprodutiva das famílias. Com relação a este aspecto, Barbosa (2002) salienta que a maioria das famílias rurais brasileiras apresenta renda insuficiente para a manutenção da casa e/ou da propriedade, isto é, para a sua subsistência. Esta, certamente, é uma das razões pela qual a mulher exerce diversas atividades, agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora da unidade de produção.

Um dado interessante obtido em Igarapé-Açu refere-se à opinião de homens e mulheres quanto ao trabalho feminino em situações familiares diferentes. Ambos revelaram suas opiniões, as quais refletem indiretamente as pressões sociais a que são submetidos. Dessa forma, pôde-se notar que não houve uma tendência de preconceito com relação ao trabalho feminino extrafamiliar. Somente com respeito à mulher casada com filho, em média 60% dos homens e mulheres disseram que a mulher que se enquadra nessa situação não deve desempenhar atividades extrafamiliares, e sim, dedicar-se à criação da(o) filha(o).

Pesquisas feitas por Oliveira (1986) apontam que uma minoria de homens não aprova o trabalho da mulher solteira fora de casa. No que diz respeito à mulher casada sem filhos, essa autora mostra que quase 40% dos homens desaprovam o trabalho extrafamiliar de uma mulher nesta situação. Em geral, acrescenta essa autora que o homem tende a reprovar o trabalho feminino extrafamiliar, o que em Igarapé-Açu foi visto por 66% dos homens.

Com relação à escolaridade, a maioria

dos agricultores alcançou o ensino fundamental. Por outro lado, o número de membros da família que ainda está estudando variou de um a quatro. Estes membros são, em geral, filhos e filhas dos agricultores, que ainda estudam nas escolas das comunidades ou em escolas da sede do município. Além disso, foi observada uma freqüente participação de jovens estudando ou que já concluíram cursos técnicos.

É importante salientar que todos os entrevistados, homens e mulheres, acham fundamental que os filhos estudem. Para os pais, o filho que estuda tende a ter um futuro promissor, com oportunidades de crescer e ser “alguém na vida”, de maneira a ter bens e uma

“vida decente”.

No que se refere à divisão de trabalho dentro da unidade familiar, os resultados apontam para diferenças de gênero no trabalho relacionado aos sistemas agroflorestais. Assim, a comercialização dos produtos oriundos desses sistemas é realizada principalmente pelo homem (62,5%), sendo a participação da mulher na comercialização de 25% (Tabela 1). Na maioria das vezes, quando isso ocorre, está associada à produção dos quintais agroflorestais e/ou de produtos obtidos na unidade de produção, beneficiados por elas.

Tabela 1 - Divisão do trabalho familiar em atividades agroflorestais, no município de Igarapé-Açu, Pará.

Atividades	Elementos da família (Frequência Relativa em %)						
	Pai	Mãe	Mãe/Filho	Pai/Filho	Pai/Mãe	Filhos	Todos
Preparo da área	56,3			31,3		12,5	
Plantio	37,5		6,3*	37,5*			18,8
Capina	50,0		6,3	37,5			6,3
Limpeza dos quintais	18,8	43,8	6,3*	6,3*	12,5		12,5
Poda	75			25			
Colheita	31,3			18,8*	12,5		37,5
Venda	62,5	12,5		6,3	12,5	6,3	
Prendas do lar	6,3	81,3	6,3*		6,3		
Produção de Farinha**	6,3			18,8*	6,3		25,0

Nota: * refere-se também à participação das filhas;

** nem todas as famílias entrevistadas produzem farinha de mandioca (*Manihot esculenta*)

Quando perguntados sobre o motivo da baixa participação da mulher na comercialização dos produtos, a principal resposta masculina é: “a mulher não sabe vender”. Por outro lado, as mulheres alegam que seus maridos não têm interesse em sua participação nesta atividade

ou que se sentem inseguras em lidar com dinheiro.

Brumer (2004) explica que isso, em geral, ocorre por ser o homem o único responsável por contatos com o exterior, por meio de contato com extensionistas, bancos,

sindicato, cooperativa, vendedores de insumos e compradores. Essa autora afirma ainda que a mulher não detém o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário.

Esta situação também acontece no município em questão, uma vez que 38,5% das mulheres detêm informações sobre as atividades produtivas relacionadas aos SAF comerciais. Em geral, são os homens que dominam as informações sobre financiamento, comercialização de produtos, manejo etc.

Neste estudo, foi observado que o preparo e a implantação da área dos SAF são realizados, somente, por pais e filhos homens, ou seja, a mulher não participa desta atividade. A atividade de plantio, por sua vez, é realizada geralmente por pais e filhos em conjunto (37,5%) e somente pelo pai (37,5%). A atividade de limpeza dos plantios (capina) na maioria das vezes é exercida pela figura masculina.

Para muitas mulheres, a atividade agrícola fica em segundo plano, pois algumas trabalham como professoras, agentes de saúde ou com afazeres domésticos. Entretanto, durante a época da colheita ou plantio, e sempre que possível, elas ajudam com sua mão-de-obra.

Por outro lado, as atividades domésticas são predominantemente exercidas pelas mulheres. Todavia, somente em 6,3% dos casos, ou seja, em apenas uma família, as mulheres têm ajuda dos maridos ou dos filhos nesta atividade, e somente 6,3% das famílias

têm o homem como responsável pela casa, neste caso, trata-se de um viúvo.

Estes dados vão ao encontro dos resultados obtidos por Chonay e Tzay (1996) e Oliveira (1986), que mostram que às mulheres estão destinados os encargos domésticos e as atividades reprodutivas, além de atividades produtivas, como, plantio e colheita. O homem, no entanto, segundo estes autores, executa com maior frequência as atividades produtivas.

No caso de Igarapé-Açu, além do trabalho doméstico, cabe à mulher o encargo com a manutenção dos quintais, incluindo a criação de pequenos animais domésticos. A execução destas atividades, provavelmente, é favorecida pela localização dos quintais, que se encontram, geralmente, às proximidades das casas. O trabalho nos quintais é desenvolvido com auxílio dos filhos e do marido.

Pesquisas sobre quintais realizadas por Rosa (2002) e Rosa et al. (1998) também evidenciaram que a mulher além de participar de atividades produtivas, também executa atividades domésticas e de implantação e manutenção dos quintais.

Uma outra atividade que tem participação de toda a família, mas que a mulher tem papel marcante, é a produção de farinha de mandioca (*Manihot esculenta*), seja ela cultivada, ou não, em SAF. As raízes desta espécie são descascadas por mulheres e também por crianças quando não estão estudando. Esta etapa exige até dez horas de trabalho diário. Vale ressaltar que esta atividade

pode gerar até R\$ 40,00 por dia na época da “farinhada” (processo de fabricação da farinha de mandioca).

Cabe mencionar que a produção de farinha, segundo Rosa (2002), é uma atividade de grande importância, não somente pelo aspecto econômico, mas também pelo lado social, visto que ela aumenta as relações sociais entre os membros das famílias (esposa, marido, filhos e parentes próximos) e entre as famílias locais. Além disso, essa autora acrescenta que a participação da mulher e das crianças nesta atividade é muito grande, seja retirando mandioca da água (quando a farinha é d’água), seja descascando mandioca, quando a farinha é do tipo seca.

No município de Igarapé-Açu, apesar de a mulher dedicar grande parte de seu tempo às atividades domésticas e até produtivas na unidade familiar, esta ainda desempenha outras atividades agrícolas e não-agrícolas sazonais fora da unidade familiar, principalmente na época da colheita de pimenta, feijão e mandioca.

Muito embora as mulheres participem de várias atividades produtivas, percebe-se que elas ainda são poupadas, pelos homens, de trabalhos considerados “pesados”, como por exemplo, broca, derruba e queima. Esta mesma situação foi verificada por Siliprandi (2000) e Rocha (2004), ao estudarem questões de gênero no meio rural no Brasil.

Rosa (2002), ao analisar o fenômeno da pluriatividade (multiplicidade de atividades econômicas), no contexto da agricultura familiar em Moju, Pará, afirma que este

fenômeno está inteiramente relacionado com a disponibilidade de mão-de-obra familiar e esta, por sua vez, com o calendário agrícola e, por conseguinte, com a sazonalidade, o que também é observado neste trabalho. Essa autora destaca, ainda, a capacidade dos membros das famílias rurais em desenvolverem outras atividades, além daquelas costumeiramente empregadas na agricultura. No que se refere à mulher, a autora afirma que esta representa uma grande força de trabalho na unidade familiar e, por conseguinte, na economia familiar.

Brumer (2004), ao estudar a situação da mulher na agricultura, assinala que a divisão de trabalho rural pode ser explicada por dois aspectos: a unidade familiar de produção é composta por esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício comum, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo; o outro, é que ainda vive-se em uma sociedade paternalista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. Neste contexto, a autora salienta que, na maioria das vezes, o trabalho da mulher é considerado apenas uma “ajuda”.

Deve-se ressaltar que, apesar de o trabalho da mulher ser considerado como fácil ou leve, em Igarapé-Açu mais de 80% dos homens consideraram o trabalho doméstico como sendo uma atividade de difícil execução. Já as mulheres, talvez por o executarem todos os dias, acham que seja de fácil execução. No caso de Igarapé-Açu, quase 85% das mulheres relataram que trabalham mais de oito horas por

dia. Essa carga do trabalho feminino também foi confirmada pelos homens, visto que 75% deles concordaram que as mulheres trabalham mais de oito horas diárias.

Ao se analisar a questão de gênero no universo da agricultura familiar, observa-se que, em geral, predomina a invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas. Em outras palavras, as atividades realizadas pela mulher nem sempre são consideradas como trabalho. Em contrapartida, há uma acentuada valorização do trabalho masculino.

Em se tratando de questões ligadas ao manejo dos SAF comerciais, as mulheres mostram pouco conhecimento básico ao seu respeito, isto é, se manifestam quase sempre com incertezas. Quando perguntadas sobre a presença de doenças, 46,1% não souberam informar, somente 38,5% afirmaram não ter ocorrido o ataque de doenças, e 15,4% disseram que as culturas teriam sido atacadas por algum tipo de doença, baseando-se sempre em conversas com os maridos.

Um dos fatores que influi nesta falta de conhecimento é a carência de oportunidades dadas às mulheres e o fato de não terem acesso a informações sobre manejo de agroecossistemas, tais como os SAF.

Além disso, mais de 70% delas não souberam informar o tamanho total do lote, assim como a área total cultivada pela família. Em se tratando do tamanho dos SAF comerciais, por exemplo, 85% das mulheres o desconhecem.

No que diz respeito ao grau de satisfação

com os SAF, mais de 60% dos homens estavam satisfeitos com este sistema de uso da terra. Entre os principais motivos de satisfação, destacam-se: o aumento da produção e da renda, bem como a melhoria de questões ergonômicas. Vale salientar que cerca de 39% das mulheres não souberam afirmar se estes sistemas proporcionam benefícios em termos de melhorias no bem-estar da família.

Com relação ao acesso e controle dos recursos das propriedades, os resultados obtidos neste estudo mostram que do total de 16 famílias que adotam sistemas agroflorestais em Igarapé-Açu, a mulher ocupa papel de chefe de família em somente 12,5% dos casos.

A relação de poder descrita se deve, principalmente, às barreiras culturais impostas pelo modelo patriarcal, em que o homem ocupa o papel de chefe da família e a mulher, em geral, de subalterna, atendo-se principalmente às atividades domésticas.

Outra evidência de que a mulher não detém o controle de todos os recursos gerados na unidade familiar é o fato de que a porcentagem de mulheres responsáveis pela venda da produção do SAF é pequena (12,5%).

Estes resultados são similares àqueles obtidos por Brumer (2004), que, em seus estudos sobre gênero, conclui que o homem é o principal responsável pelos recursos provenientes da atividade agrícola, ou seja, mesmo que as mulheres participem juntamente com os maridos na tomada de algumas decisões, são eles que conduzem o processo decisório,

especialmente quando se trata de investimentos referentes à produção ou à reposição dos meios de produção necessários para a safra seguinte.

No que diz respeito à seleção de espécies a serem implantadas e manejadas em SAF, 50% dos homens afirmaram que este critério é decidido por eles e apenas 6,7% das mulheres tomam essa decisão sozinhas. Cerca de 46% delas participam desse processo de tomada de decisão juntamente com os maridos.

Essa ausência da mulher nas decisões comunitárias a deixa alheia aos principais problemas da propriedade e da sua comunidade. Isto é muito evidente quando se analisa a participação das mulheres nas cooperativas ou associações locais. Em Igarapé-Açu, 61,5% das mulheres desconhecem os serviços prestados por estas organizações comunitárias. Além disso, somente 15,4% das mulheres são sócias, juntamente com seus maridos, de associações comunitárias. Estes dados indicam que as mulheres deste município estão longe do processo de decisões comunitárias.

Estudos realizados por Rosa (2002), no universo da agricultura familiar, mostram que as tomadas de decisões sobre o uso da terra, da produção agrícola, da comercialização dos produtos agrícolas e florestais, das questões fundiárias e organizacionais, ficam, em geral, ao encargo dos homens.

A ausência das mulheres no processo decisório também é muito freqüente no continente africano (NEMARUNDWE, 2005). Não obstante, outros estudos de gênero mostram que a participação da mulher tem se

tornado mais efetiva, nestas últimas décadas, devido aos movimentos sociais (BARSTED, 2002). Estes movimentos têm impulsionado a mulher para o mercado de trabalho e para a participação em organizações comunitárias, permitindo que as mesmas participem nas tomadas de decisão, extra-unidade familiar.

Desse modo, a organização feminina tornou-se imprescindível para que as mulheres possam não somente ter acesso, mas também o controle sobre as atividades produtivas. Com isso, a mulher poderá ter seu trabalho valorizado e deixar de lado a sua invisibilidade e o rótulo de sexo frágil.

4 CONCLUSÃO

Existem diferenças de gênero em atividades agroflorestais na unidade familiar no município de Igarapé-Açu, tendo as mulheres mais acesso e controle sobre as atividades reprodutivas, ligadas aos cuidados da casa, saúde e educação da família, do que sobre as produtivas.

A tomada de decisão sobre os sistemas agroflorestais comerciais está sob responsabilidade dos homens, enquanto que as mulheres são responsáveis, principalmente, pelas decisões a respeito dos quintais agroflorestais.

Mesmo a mulher contribuindo com o orçamento familiar e com a força de trabalho, ela tem pouca participação nos processos de tomadas de decisão e no controle aos recursos gerados na unidade familiar.

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores e agricultoras envolvidos neste trabalho, que foram fundamentais para sua realização; aos funcionários da FEIGA pelo apoio recebido; e aos técnicos do Escritório Local de Igarapé-Açu da EMATER-PARÁ pelas informações compartilhadas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, J. S. "Trabalho feminino: atividades complementares à agricultura familiar". In: ENCONTRO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 5., 2002, Florianópolis. *Anais eletrônico...* Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/fazendogenero/grupos/grupos60.htm>> Acesso em: 30 out. 2005.
- BARSTED, L. L. *Gênero e legislação rural no Brasil: a situação legal das mulheres face à reforma agrária*. Brasília, DF: MDA / INCRA/FAO, 2002. 51p.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 205-227, 2004.
- CHONAY, J.; TZAY, M. *Diagnostico rural participativo y análisis de genero de las comunidades atendidas por Adecogua: Pachichiac, Chicapir, la Cumbre, Pacacay y Parajbey, Tecpan Guatemala, Chimaltenango*. Guatemala: FAO, 1996. 96p.
- DUBOIS, J. C.L. *Manual agroflorestal para a Amazônia*. Rio de Janeiro: REBRAF, 1996. v.1
- FASSAERT, C. Diagnósticos participativos con enfoque de género. *Agroforestería en las Américas*, Turrialba, v. 7, n. 25, p. 33-38, 2000.
- FISCHER, I. R. A posse do salário: um dilema vivenciado pela trabalhadora rural. In: ENCONTRO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 5., 2002, Florianópolis. *Anais eletrônico...* Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/fazendogenero/grupos/grupos60.htm>> Acesso em: 30 out. 2005.
- MELÉNDEZ, L.; WORKMAN, S. "Marianne Schmink: el enfoque de género no es una simples receta de cocina". *Agroforestería en las Américas*, Turrialba, v.7, n.25, p.5-7, 2000.
- NEMARUNDWE, N. Women, decisionmaking, and resource management in Zimbabwe. In: COLFER, C. J. P. (Ed.). *The equitable forest: diversity, community e resource management*. Washington, D.C: RFF Press, 2005. 335p.
- OLIVEIRA, N. M. R. G. *Percepção do trabalhador rural a respeito do papel da mulher e a importância do trabalho doméstico dentro das estratégias de sobrevivência familiar no Município de Uruçuca, região Cacaueira da Bahia*. Ilhéus: CEPLAC, 1986.

PORRO, N. M.; STONE, S. Diversity in living gender: two cases from the Brazilian Amazon. In: COLFER, C. J. P. (Ed.). *The equitable forest: diversity, community e resource management*. Washington, D.C: RFF Press, 2005. 335p.

ROCHA, M. R. T. Babaçu livre e roça orgânica: a experiência das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão na busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. *Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento*, Belém, v. 4, n. 4, 2004.

ROSA, L. S. *Limites e possibilidades do uso sustentável dos produtos madeireiros e não madeireiros na Amazônia brasileira: o caso dos pequenos agricultores da Vila Boa Esperança, em Moju, no Estado do Pará*. 2002. 304f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Belém, 2002.

_____; SILVA, L. C. B.; MELO, A. C. G. ; CABRAL, W. S. Avaliação e diversificação de quintais agroflorestais na comunidade de Murinim-Benfica, Município de Benevides no Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 2., 1998, Belém. *Resumos expandidos...* Belém: EMBRAPA/CPATU, 1998. 167-171p.

SANTOS, G.; BUARQUE, C. O que é gênero? In: SANTOS, G. (Org.). *Gênero e desenvolvimento rural: manual de orientação para os agentes da reforma agrária*. Brasília, DF: INCRA/FAO/CMN/MDA, 2002. 179p.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000.